

EDITORIAL

Rogério de Souza Medeiros*

Marcelo Burgos Pimentel dos Santos**

É com satisfação que apresentamos o Número 61 da Revista Política & Trabalho. Nesta edição, reunimos um conjunto de sete textos que, a partir de diferentes matizes teóricas e recortes empíricos, lançam luz sobre as complexas relações entre as tentativas de regulação, o avanço da plataformização e as persistentes lutas por direitos e reconhecimento. Os artigos reunidos nessa edição oferecem um panorama abrangente das tensões que marcam o capitalismo contemporâneo, desde as indústrias tradicionais em reestruturação até as novas fronteiras do trabalho digital e das profissões liberais.

Abrindo este número, o artigo de Tarik Dias Hamdan, "Acordos Marco Globais em subsidiárias: o uso de regulações internacionais por parte dos trabalhadores da Volkswagen do Brasil", analisa a implementação da Carta de Relações Laborais na indústria automotiva nacional. Sob a ótica do institucionalismo histórico, o autor investiga como a origem institucional das relações industriais brasileiras - marcadamente hierárquicas e conflituosas - moldou a percepção dos sindicatos, levando-os à adoção apenas parcial dos modelos de cogestão de inspiração alemã. O estudo demonstra que, no contexto das subsidiárias, os trabalhadores tendem a adaptar instrumentos globais à realidade nacional para preservar a autonomia sindical e neutralizar funções de caráter gerencial que poderiam fragilizar o poder de barganha frente à matriz.

Dando continuidade ao debate sobre a ação coletiva frente às transformações tecnológicas, Vamberto Ferreira Miranda Filho apresenta "As plataformas digitais de trabalho e os sindicatos na Alemanha e em Portugal". O autor utiliza a Abordagem dos Recursos de Poder (ARP) para comparar como sindicatos tradicionais, como o IG Metall alemão e o STRUP português, mobilizam poder de influência social e discurso para representar *cloud* e *gigworkers*. Os resultados sublinham a necessidade premente de uma combinação entre recursos de poder tradicionais e digitais, bem como a importância da cooperação transnacional entre o Norte e o Sul Global para enfrentar a precarização estrutural imposta pela economia de plataformas.

* Editor da Revista Política & Trabalho e professor da Universidade Federal da Paraíba.

** Editor da Revista Política & Trabalho e professor da Universidade Federal da Paraíba.

O terceiro artigo, "Nada para nós sem nós: a luta histórica das trabalhadoras domésticas brasileiras e a PEC das domésticas de 2013", de Yasmin Mussalem Haddad e Margarita Olivera, nos convida a uma reflexão decolonial sobre uma das categorias mais marginalizadas da nossa estrutura social. As autoras articulam as imbricações de gênero, raça e classe para demonstrar que a conquista de direitos - simbolizada pela Emenda Constitucional nº 72 - é fruto de um longo processo de resistência liderado por mulheres negras. O texto ressalta que, apesar dos avanços legislativos, a implementação prática desses direitos enfrenta desafios severos, como a fiscalização limitada no âmbito privado e o crescimento da "diarização", que reproduz lógicas de informalidade e precariedade.

Avançando para o cenário legislativo mais recente, Vinícius Foletto Bevilaqua contribui com o artigo "O conflito político-ideológico no capitalismo brasileiro de plataforma: uma análise dos valores envolvidos na regulamentação do trabalho do motorista de aplicativo". Através de uma sociologia dos valores e da análise das audiências públicas sobre o PLP 12/2024, o autor identifica que os conceitos de "autonomia" e "transparência" operam como eixos centrais de disputa entre empresas, Estado e associações de trabalhadores. O estudo revela um esvaziamento do pleito tradicional por proteção social em favor de uma autonomia que, na prática, encontra-se limitada por uma opacidade algorítmica característica da arquitetura das plataformas e pela ausência de canais efetivos de participação dos motoristas nas decisões das plataformas.

No quinto texto, Matheus Silveira de Souza explora a ampliação da precarização para esferas de alta qualificação em "Plataformização da advocacia: condições de trabalho e trajetória social de advogados uberizados". O autor investiga a plataforma "Jurídico Certo" e demonstra como a arquitetura digital impõe dinâmicas de "leilão negativo" e "fragmentação do trabalho jurídico", depreciando honorários e reduzindo a autonomia profissional. De maneira instigante, a pesquisa revela que a plataformização atinge majoritariamente advogados de origem na classe trabalhadora, para os quais o diploma universitário acaba por representar uma "ascensão social na precariedade", mantendo rendimentos e instabilidades similares aos de ocupações de menor prestígio.

Em seguida, temos a resenha de André Campos Rocha sobre a obra de Ergin Bulut, "*A Precarious Game: The Illusion of Dream Jobs in the Video Game Industry*". A resenha destaca como a indústria de jogos digitais, frequentemente glamourizada, utiliza discursos de "paixão" e "amor ao trabalho" para camuflar regimes de exploração intensivos e desigualdades profundas de gênero e raça. Bulut propõe que a precariedade nesses setores criativos é muitas vezes internalizada como destino individual, dificultando a organização coletiva e exigindo, como sugere o autor, uma crítica radical às formas contemporâneas de alienação "alegre" no pós-fordismo.

Encerramos esta edição com a contribuição de Aristóteles de Almeida Silva, que resenha a obra de Clara Mattei, "*The Capital Order: how economists invented austerity*". O texto oferece uma análise contundente sobre a relação intrínseca entre a austeridade econômica e a ascensão do fascismo,

demonstrando que, na Itália de 1922, o sucesso da implementação de políticas de austeridade dependeu diretamente do regime de Mussolini. Mattei argumenta que a austeridade não foi apenas um aliado do fascismo, mas sua "campeã", servindo como uma reação antidemocrática deliberada para esmagar as alternativas ao capitalismo que emergiram nos "anos vermelhos" do pós-Primeira Guerra. A resenha destaca um ponto perturbador da obra: como o *establishment* liberal internacional e financistas estrangeiros apoiaram entusiasticamente o governo fascista, por enxergarem no autoritarismo o meio mais eficaz de subjugar a classe trabalhadora, reduzir salários e restaurar a "ordem do capital". Ao despolitizar a economia sob o manto da tecnocracia neutralista, a austeridade revelou sua face perversa como ferramenta de classe que, tanto ontem quanto hoje, busca isolar as decisões econômicas do escrutínio democrático para preservar o lucro em detrimento da vida social.

Em conjunto, os trabalhos que compõem o Número 61 da Política & Trabalho reafirmam o compromisso deste periódico com a excelência acadêmica e a sensibilidade social. Ao documentar as tensões entre o capital e o trabalho em suas formas emergentes, os autores aqui reunidos não apenas diagnosticam as mazelas do presente, mas também oferecem subsídios vitais para imaginarmos futuros em que a democracia e o trabalho digno não sejam apenas aspirações, mas realidades concretas.

Desejamos a todos e todas uma ótima leitura!

Os Editores.